

## ENTREVISTA COM AMELINHA TELES

Danielle Tega\*  
Mabel Bellucci\*\*

### Resumo

Amelinha Teles é uma das feministas mais conhecidas do país. Fundadora, com outras companheiras, da União de Mulheres de São Paulo e do projeto de formação de Promotoras Legais Populares (PLPs), atua há décadas no combate à violência de gênero. Nesta entrevista, fala sobre sua longa trajetória na luta pelos direitos humanos no Brasil: de sua experiência na clandestinidade contra a ditadura militar (1964-1985) à atuação das mulheres durante o processo constituinte; da luta pela legalização do aborto às relações entre os movimentos feministas e a academia; de sua participação na imprensa feminista ainda nos anos ditatoriais à defesa de um feminismo antipatriarcal, antirracista e anticapitalista.

**Palavras-chave:** feminismo, ditadura, direitos humanos, violência de gênero.

### Resumen

Amelinha Teles es una de las feministas más conocidas del país. Fundadora, junto a otras compañeras, de la Unión de Mujeres de São Paulo y del proyecto de formación de Promotoras Legales Populares (PLP), ha estado trabajando durante décadas para combatir la violencia de género. En esta entrevista, habla sobre su larga historia en la lucha por los derechos humanos en Brasil: desde su experiencia en la clandestinidad contra la dictadura militar (1964-1985) hasta la participación de las mujeres durante el proceso constituyente; desde la lucha por la legalización del aborto hasta las relaciones entre los movimientos feministas y la academia; desde su participación en la prensa feminista incluso en los años dictatoriales hasta la defensa de un feminismo antipatriarcal, antirracista y anticapitalista.

**Palabras claves:** feminismo, ditadura, derechos humanos, violencia de género.

---

\* Professora Substituta na UEMS. Doutora em Sociologia pela UNICAMP. Pós-doutorado realizado no Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu.

\*\* Integrante do Grupo de Estudios sobre Sexualidades (GES) do Instituto de Investigación Gino Germani na Universidad de Buenos Aires (UBA).



Maria Amélia de Almeida Teles, mais conhecida como Amelinha, nasceu no dia 6 de outubro de 1944, em Contagem, Minas Gerais. Sua trajetória de luta e resistência é admirável e longa, o que dificulta fazer um recorte de sua experiência que não seja, no mínimo, arbitrário de nossa parte.

Nosso encontro com Amelinha ocorreu no dia 8 de maio de 2019, na sede da União de Mulheres de São Paulo, organização política feminista que Amelinha fundou, juntamente com outras companheiras, em 1981. Até os dias de hoje, a União dedica-se a combater a violência de gênero e a promover os direitos humanos. Nesse mesmo local, voltamos a encontrá-la dois meses depois para retomar alguns pontos pendentes. Sua fala, firme e, ao mesmo tempo, delicada, nos convida a conhecer os caminhos pelos quais transitou desde os anos 1960, destacando tanto os prazeres como os conflitos da militância – seja nos partidos de esquerda, seja nos movimentos feministas.

Amelinha filiou-se ao PCB (Partido Comunista Brasileiro, ou “Partidão”) em 1960. Com a ruptura da organização, integrou-se ao PCdoB (Partido Comunista do Brasil), que faz a opção pela luta armada no período da ditadura militar brasileira (1964-1985). Foi presa pela primeira vez em Belo Horizonte, logo após o golpe militar de 1964. Viveu na clandestinidade dos 20 aos 28 anos. Em dezembro de 1972, foi sequestrada com sua família: o marido, Cesar Teles, a irmã Crimeia de Almeida, a filha Janaína Teles (5 anos) e o filho Edson Teles (4 anos). Ficou presa no DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) de São Paulo por três meses. Antes disso, havia permanecido incomunicável por seis meses no DOI-CODI (Departamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna), setor da repressão comandado por Carlos Alberto Brilhante Ustra. Sim, o torturador homenageado pelo então deputado federal e atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, em seu voto favorável ao *impeachment* que tirou Dilma Rousseff da presidência no golpe de 2016.

Incansável lutadora pelos direitos humanos, Amelinha integrou o Movimento Feminino pela Anistia, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. Também foi uma das fundadoras do jornal “Brasil Mulher” e do projeto de formação de Promotoras Legais Populares (PLPs), que está presente em todo o país.

Nesta entrevista, procuramos oferecer um pouco do que Amelinha compartilhou conosco. Não é fácil sintetizar a experiência de quem foi uma das 52 brasileiras que, ao lado de outras 948 mulheres de 153 países, concorreu coletivamente ao Prêmio Nobel da Paz de 2005. Esperamos que os trechos a seguir apresentem um pouco da indignação feminista desta trajetória inspiradora.

**1. Durante a ditadura militar no Brasil, por estar vinculada primeiramente ao Partido Comunista e, depois da ruptura, ao PCdoB, você viveu na clandestinidade por oito anos. Quais as principais marcas dessa experiência?**

A clandestinidade marca para sempre. Eu vou para a clandestinidade praticamente aos 21 anos de idade e passei nela minha juventude. Essa experiência pesa

muito para minha formação política, social, cultural, intelectual e afetiva. Em todos os sentidos eu sou afetada pela clandestinidade. É uma situação que você vive no seu país e faz de conta que não está vivendo no seu país. É muito difícil, pois você ouve as pessoas e entende o que elas falam, mas muitas vezes você não pode dialogar com ninguém para não ser identificada. O cuidado com a segurança impede ter liberdade para conviver com as pessoas – e, por outro lado, há uma intensa necessidade dessa convivência, desse aprendizado que as conversas trazem. E na clandestinidade você aprende, mas nem sempre o que se quer. Então é um momento difícil.

No Brasil, poucas pessoas viveram tanto tempo na clandestinidade como eu. As pessoas viviam clandestinas na juventude e logo eram presas ou iam ao exílio. No exílio havia certa liberdade, no sentido em que você podia se apresentar como você mesma. Mas quem ficou na clandestinidade, não tinha essa opção, então no cotidiano eu não podia conversar nem dar minha opinião. Eu só escrevia, pois, falar, eu não podia. E escrevia também sem poder assinar, sem poder me apresentar. Eu era da imprensa clandestina, então eu lia muito, ouvia muito, escrevia muito. E falava pouquíssimo. Eu falo muito agora. Quando afirmo que as mulheres foram silenciadas ou que as pessoas que se opuseram à ditadura de forma mais radical foram silenciadas, isso é literalmente verdade. Essas pessoas não podiam se expressar. E isso pesou muito em minha vida.

Por outro lado, tendo vivido minha juventude toda na clandestinidade, reconheço que esse também foi um momento de muito prazer e descoberta. Pude expressar minha felicidade de ser jovem, de aprender com companheiros de militância. Acredito também que o fato de eu ter filhos e ter o vínculo com o Cesar [Teles], companheiro com quem tive um relacionamento transparente e profundo, ajudou muito. Como ficar na clandestinidade oito anos sem enlouquecer? Afinal, muita gente ficou perturbada. Acho que, apesar das limitações, tive esse aprofundamento – com meus filhos, com Cesar e com os próprios companheiros de

militância. Éramos um grupo muito unido, a gente chorava junto, sofria junto, conversava junto. Nós éramos tudo o que tínhamos. Sofremos muito porque, em 1972, ano em que fui presa, nós vimos muitos companheiros serem assassinados. E para cada companheiro morto, vinham dúvidas e sofrimento coletivo. Do grupo que militava comigo, praticamente todos morreram. Algo parecido ocorreu com minha irmã Crimeia [Schmidt de Almeida]: do grupo que atuava com ela na Guerrilha do Araguaia,<sup>1</sup> todos morreram. Então nós duas temos vivências parecidas de perda, de morte de pessoas muito próximas, e mortes violentas. Minha vida é cercada de morte. Mas também de muita esperança, muito ânimo, muita luta.

Outro ponto é importante ressaltar: durante minha militância na imprensa clandestina, eu atuei só com homens – e acho que essa é uma experiência única. Claro que eu conversava com mulheres, mas, como não eram militantes, portanto, eu não podia expressar minhas opiniões ou meus sentimentos em relação a elas. Isso teve impacto muito forte para mim, tanto que, na minha vida legal, priorizei militar mais com mulheres. Além disso, os homens com os quais eu militei na clandestinidade eram dirigentes do partido – e isso não era nada fácil, pois eles criam muitas fantasias naquele poder, e de nada entendiam da questão do cotidiano. Mesmo sendo fundamentais, as questões cotidianas não eram relevantes para um partido comunista que estava clandestino, que pretendia tomar o poder dos militares e fazer a revolução. Então esse cotidiano não estava presente na pauta, na agenda do partido em nenhum momento.

Eu já ouvi muitos absurdos de dirigentes comunistas, mas me lembro de dois exemplos que me deixam engasgada até hoje. O primeiro foi sobre a discussão da sexualidade, de como isso se manifestava na relação sexual e nos desejos. O dirigente simplesmente disse que a classe operária não tinha sexo! Eu fiquei estarecida. Eu tinha 20 e poucos anos, tinha sido muito reprimida, mas burra eu não era: eu lia muita coisa que eles não liam, eu procurava conhecer. E de onde ele havia tirado algo assim? Após essa afirmação absurda,

<sup>1</sup> O movimento de luta armada posteriormente denominado de “Guerrilha do Araguaia” foi organizado pelo PCdoB na fronteira dos estados de Tocantins e Pará, entre 1972 e 1975. Sofreu violência

brutal por parte das Forças Armadas contra seus membros e contra a população local, que era formada especialmente por camponeses e indígenas.



eu, que já não gostava desse dirigente, perdi totalmente a confiança nele.

O outro exemplo estava relacionado à necessidade de debater a creche. Para mim, essa devia ser uma bandeira fundamental nos programas de qualquer governo democrático, pois uma sociedade que recebe bem suas crianças é uma sociedade melhor. Como pensar em transformar o mundo sem espaços para essas crianças? E o dirigente vira para mim e diz: “Ah, a creche é um assunto menor! Isso aí não dá para tratar em um programa revolucionário”. Quer dizer, eu tinha criança pequena, eu sabia o drama que era. Você não achava uma creche, não achava onde ela poderia ficar para brincar. Eu vivia esse drama com o Cesar. Mas eles não entendiam que a creche era algo importante para a revolução, que era uma bandeira revolucionária. Até hoje, a creche é uma bandeira de luta para mim. Ela nasce em minha alma. Claro que eu também queria a anistia e o fim dos atos de exceção, lógico! Mas não era só isso. E mais, a luta pela creche também poderia atrair maior mobilização para nossa luta, afinal, ela é uma necessidade da população. Mas daí o pessoal do partido vinha com um programa burocrático: copiava Lênin, Stálin, Mao Tsé-tung e colocam no programa.

Apesar de trabalhar em condições terríveis, eu sempre buscava algo interessante para colocar no jornal, mas os companheiros não consideravam importantes os temas que eu levava. Depois de trabalhar na imprensa clandestina, fui trabalhar na imprensa alternativa e também não gostei muito – era outro espaço ocupado predominantemente por homens, que consideravam suas pautas sempre mais importantes que a nossa. Daí fui para a imprensa feminista.

**2. Tanto no Brasil como na Argentina, a violência sexual contra militantes sequestradas ou presas políticas foi uma ação sistemática da repressão ditatorial. Como tantas outras mulheres que passaram por isso, você relatou em algumas ocasiões as sevícias sofridas. Qual o papel dos testemunhos públicos das mulheres que narram essas experiências?**

Acho que as mulheres falaram muito pouco. Para recuperar o título de um livro recente sobre esse tema, penso que elas nem disseram, nem foram escutadas<sup>2</sup> nas comissões da verdade que foram criadas em nosso país. Apesar de certa repercussão nos jornais, penso que ainda está faltando uma Comissão da Verdade das Mulheres.

Aqui vale um parêntesis: para os jornalistas, é importante uma notícia de impacto para que o jornal venda. Em uma das audiências realizadas na Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, um torturador denunciou a GM [General Motors], afirmando que a empresa havia colaborado com o sistema repressivo. Naquele momento, representantes de três jornais estavam presentes, mas nenhum publicou uma matéria sobre isso. Ao contrário, no dia seguinte, o que vimos foi a propaganda de uma página da GM em um dos jornais. Ora, a GM financia e patrocina esses jornais impressos de maior circulação, como Estadão, a Folha de São Paulo, o Globo. E a imprensa silencia e omite a história.

Voltando à questão, penso que os testemunhos das mulheres são mais difíceis. É muita dor. É difícil para a própria mulher. Sempre que eu falo sobre o que se passou comigo, eu sofro muito, isso altera meu metabolismo. Me sinto sufocada. Mas eu vivo isso minha vida toda, pois eu nunca deixei de denunciar.

A tortura é insuportável para a maioria da sociedade. É algo histórico na sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, é como se fosse proibido. Entendo perfeitamente quando a mulher não quer falar, porque há uma sensação de solidão, já que ninguém entende a sua dor, ninguém escuta a sua dor. Por outro lado, acho que temos que falar. Porque de outro modo será difícil construir um espaço de poder, de fortalecimento e autonomia. As mulheres foram torturadas de forma especial por serem mulheres, e a sociedade precisa reconhecer essas violências – que são de ontem e de hoje. Então é um cenário totalmente paradoxal: a gente sofre muito e parece não conseguir testemunhar essa experiência que, por outro lado, precisa ser testemunhada.

<sup>2</sup> TEGA, Danielle. *Tempos de dizer, tempos de escutar: testemunhos de mulheres no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Intermeios/FAPESP, 2019.

**3. Alguns relatos apontam que os laços afetivos e as amizades construídas durante o período de prisão foram um importante fator de sobrevivência. Como foi para você essa experiência? Além das presas políticas, você dividiu cela com presas comuns? Como foi essa convivência? A orientação sexual das presas (políticas e comuns) era colocada em questão naquele momento?**

Grande parte do tempo em que estive presa, fiquei isolada das demais companheiras, porque os algozes sabiam que a gente se fortalece no coletivo. Quando pude dividir a cela com outras mulheres, tive muito acolhimento e carinho: as companheiras me deram atenção, falaram das suas dores e experiências. Houve muita troca entre nós e isso nos deu muita força. O coletivo de mulheres presas políticas que eu vivi na prisão foi muito importante. Foi força, vida, afeto. Foram marcos na minha vida. A partir dessa convivência, aprendemos outras possibilidades de estar no mundo.

Além de conviver com as presas políticas, tive outras experiências com mulheres na prisão. No DOI-CODI, por exemplo, me colocaram com uma prostituta que eles haviam contratado para me ofender. Era terrível ver uma mulher sendo violentada e, ao mesmo tempo, defendendo os caras. Provavelmente ela tinha medo de outras consequências. Eu ficava 24 horas preocupada com a reação dela, com o que ela poderia fazer comigo.

Depois dividi a cela com uma carcereira nazista, que estava presa porque muitos judeus estavam atrás dela – e o tempo todo ela achava que iam matá-la. Foram dias terríveis, pois ela imaginava que fariam com ela o mesmo que ela fez com outras pessoas. Curiosamente, ela falava que os comunistas eram mais honestos; então, então, ela esperava eu morder meu pão e, vendo que eu não havia morrido, atacava meu pão. O mesmo com outras comidas. Ela nunca comia no prato que davam para ela, apenas no meu. Não tomava banho por achar, talvez, que tivesse veneno na água.

Fiquei também com duas adolescentes menores de 18 anos, que haviam cometido pequenos crimes, mas apanhavam muito. Elas não falavam tudo comigo, ficavam preocupadas que os policiais pudessem escutar.

E dividi a cela com uma mulher que me ajudou muito! Ela foi presa acusada de homicídio após ter feito aborto em uma mulher que acabou falecendo. Comentou já ter feito muitos abortos e que, de vez em quando, alguma mulher morria. E disse que só estava na prisão porque não havia dado dinheiro para a polícia, mas sabia que logo iria sair, pois já havia passado por essa situação. De todo modo, quando soube da minha situação, ela falou que queria me ajudar e perguntou o que poderia fazer. Então eu pedi para ela falar com uma tia minha, que vivia em Belo Horizonte, para dizer que eu estava presa em São Paulo e que minha irmã, Crimeia, estava presa em Brasília. Ela pediu para eu anotar o telefone da minha tia nas suas costas, pois sabia que ali ninguém olharia. E foi assim que minha tia soube onde Crimeia e eu nos encontrávamos.

No presídio, havia muitas presas comuns. A maioria era negra e pobre. Elas chamavam a gente de “as do terror”. Diferente das presas comuns, nós, presas políticas, éramos na maioria branca – havia uma outra de origem oriental. Não havia nenhuma presa política negra durante o período em que fiquei encarcerada. As profissões também eram muito diferentes: algumas presas políticas estavam prestes a se graduar médicas, outras eram professoras universitárias, enfim, era uma classe intelectual de universidade pública. A gente se comunicava com o juiz por meio de abaixo assinado, de cartas, de ofícios, documentos que fazíamos a mão. Eu era uma das que escrevia, tinha uma letra muito boa. Já as presas comuns tinham muitas dificuldades, muitas sequer sabiam escrever. Então diziam: “Ah, quero ser terrorista”.

No presídio tinha muitas lésbicas. As presas políticas eram muito mais reservadas em relação à sexualidade. Até porque éramos muito marcadas, tudo que fazíamos era vigiado, o diretor do presídio ficava em cima. Ele mandava jogar um jato d’água e a pressão nos derrubava no chão, molhava tudo, era horrível, tínhamos que jogar quase tudo fora. Bem, faziam isso com todos, presas e presos, comuns e políticos. Mas as presas políticas eram muito controladas: era o advogado, era a família, eram os outros presos. Qualquer coisa que acontecia, todo mundo comentava. Algumas presas políticas lésbicas, com as quais não convivi no presídio e sobre as quais não posso falar os nomes, pois elas mesmas não falaram

isso publicamente, foram muito reprimidas pelas próprias companheiras e sofreram muito preconceito e marginalização em seus grupos. As lésbicas que tomei conhecimento já morreram – e as heterossexuais que conviveram com elas não reconhecem que tinham preconceito. Então é um tema muito delicado.

#### **4. Em que contexto o feminismo aparece em sua vida? Quando e como inicia sua militância propriamente feminista? Quais companheiras de luta e quais autoras influenciaram o início de sua trajetória feminista? E depois?**

Muitas companheiras fizeram parte de minha trajetória no feminismo. A começar pela jornalista Joana Lopes, editora do jornal “Brasil Mulher”,<sup>3</sup> do qual participo desde o início em 1975. Naquele momento de fundação, a maioria das integrantes do jornal não era feminista, mas a Joana Lopes, sim. Ela, que já tinha vivido no exílio francês e também teve um período na clandestinidade, foi a primeira mulher a falar sobre feminismo para mim. A partir daí, comecei a me declarar feminista. Fui trabalhar no jornal “Movimento” e, em seguida, quem falava muito sobre feminismo era a Rachel Moreno. Mas aí eu já era feminista. A Rosalina [de Santa Cruz Leite] também é uma pessoa muito presente nesse momento – e em toda minha vida, tanto que publicamos juntas, anos depois, um livro sobre luta armada e imprensa feminista<sup>4</sup>. Em 1976, tem também a Maria [Lygia Quartim de] Moraes, que estava em outro jornal da imprensa feminista, o “Nós Mulheres”.<sup>5</sup>

Em relação às autoras, sem dúvida uma grande influência foi a Heleieth Saffioti. É uma socióloga muito importante para ser sempre retomada e deve ser discutida também nos dias de hoje, após 50 anos da primeira edição de sua obra mais importante.<sup>6</sup> Os textos da Isabel Larguia, em versão mimeografada, também eram lidos e debatidos. Além das clássicas Simone de Beauvoir, Margaret Mead, [Shulamith] Firestone, Alexandra Kollontai e Juliet Mitchell. Acho fundamental apontar uma lamentável ausência: não líamos, naqueles anos finais da década de 1970, Ângela

Davis. Veja, por ser do partido, nós a acompanhávamos em solidariedade desde o primeiro momento em que foi presa nos Estados Unidos. Mas no feminismo ela não aparecia naqueles anos: era considerada comunista e marxista, mas não feminista. Há alguns anos, estou encantada com Ângela Davis como feminista, mas não é todo mundo que pensa assim.

#### **5. Em que momento a luta pelo aborto legal entra na pauta das feministas e das esquerdas?**

Para as feministas, desde o primeiro momento. Tanto no “Brasil Mulher” como em outros grupos que eu acompanhava nos anos 1970, como sindicalistas, leitoras do jornal, mulheres da periferia. Defender o aborto era praticamente definir-se como feminista. Ao mesmo tempo em que a luta pelo aborto legal estava desde o primeiro momento, era também uma pauta polêmica quando pensada nas articulações e alianças políticas com outros movimentos. Há um problema semelhante em relação aos desaparecidos políticos: as feministas dizem que isso não é bandeira de luta. Eu não vejo essa separação. Eu vou discutir o direito à moradia, à creche, à legalização do aborto, a questão dos desaparecidos políticos, com a mesma intensidade. Para mim, são lutas que caminham juntas. Além disso, muitos grupos de direitos humanos não levantam certas bandeiras, como a legalização do aborto. O que é um despropósito!

Em relação aos partidos de esquerda, veja: vi apenas sentido em participar de partido enquanto estava na ditadura. Depois desse período, de um modo geral, os partidos só atrapalharam a discussão sobre a legalização do aborto. Eu fui torturada no pau-de-arara para defender os partidos. Eu defendi e vou defender sempre a liberdade partidária e de organização, mas a questão é o compromisso com a história, que os partidos não têm. Se tivessem esse compromisso, dialogariam com todos os seguimentos da sociedade. Depois da luta pela anistia e do processo constituinte, o que os partidos fizeram? Preocuparam-se apenas com a eleição, deixando de lado outras pautas da população.

<sup>3</sup> O jornal “Brasil Mulher” circulou de 1975 a 1980. Foram publicadas 16 edições regulares e quatro edições extras.

<sup>4</sup> TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós luta armada no Brasil (1975-1980)*, São Paulo: Intermeios, 2013.

<sup>5</sup> O jornal “Nós Mulheres” circulou de 1976 a 1978, publicando nesse período oito edições.

<sup>6</sup> SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Quatro Artes, 1969.



**6. Durante o período de clandestinidade e repressão da ditadura, como o aborto era tratado pelas militantes? E pelos partidos e organizações de esquerda?**

Sim, falámos sobre aborto. Onde tem mulher, se fala sobre o aborto. O partido era aberto para discutir esse tema com as militantes e até as orientava para fazer – não no sentido de colocar isso como condição para ser militante, mas sim de explicar que seria um sofrimento ter filhos na clandestinidade. Eu tive filhos, mas também fiz aborto na clandestinidade. E tive todo o conforto, com médicos, melhores métodos e medicamentos. Havia aborto seguro dentro da clandestinidade e foi muito tranquilo. Acho que o partido era mais avançado naquele período do que na democracia, quando começou a fazer acordos com a igreja.

**7. Durante a Assembleia Constituinte, você foi indicada para fazer a defesa pública da proposta de emenda popular nº 65, que buscava legalizar o aborto. Como foi o processo de construção dessa proposta? Como se deu a escolha de seu nome? Quais as principais consequências pessoais e políticas?**

Como a União de Mulheres de São Paulo foi a organização que mais colheu assinaturas para a proposta de legalização do aborto, indicaria a representante que faria a leitura do discurso em defesa dessa proposta de emenda popular e, dentro da União, fui escolhida.

Quando fizemos o levantamento das reivindicações feministas para a constituinte, o aborto começou a ser polêmico dentro do próprio movimento. Havia dúvidas se, ao levantar a bandeira do aborto, não haveria o risco dos parlamentares constituintes colocarem em pauta o “direito à vida desde a concepção”. Diante disso, muitas feministas acharam que não seria estratégico falar sobre aborto. Pois bem, acontece que a questão do “direito à vida desde a concepção” apareceu no debate. E prontamente decidimos que iríamos com tudo para fazer a emenda popular que buscava a legalização do aborto, que foi construída com várias organizações de todo o país.

Era um trabalho tremendo colher as assinaturas, muitos dados eram exigidos e escritos à mão. Marcávamos toda semana de recolher juntas essas assinaturas no centro da

cidade, e as mulheres de cada entidade colhiam também em seus locais de trabalho e nas comunidades onde moravam.

O debate na rua foi muito rico! O povo não era tão contra o aborto naquela época, a população queria a democracia. Havia apenas o receio de informar todos os dados necessários, uma desconfiança de que chegaria algum boleto a pagar, por exemplo. Mas as pessoas estavam abertas para debater o tema, para escutar e até para dividir suas experiências de interrupção voluntária de gravidez.

Mas o processo todo foi muito trabalhoso. A Sandra Cavalcante, uma deputada de direita, me chamava de aborteira e assassina enquanto eu defendia a emenda na Assembleia Constituinte. E, no mesmo momento, fui expulsa do PCdoB. Então, que solidão! Foi muito duro.

Muita gente acha que fui expulsa do partido por conta da defesa dessa emenda. Fiz a defesa no dia 26 de agosto de 1987, e no dia 28 do mesmo mês li em um jornal do partido que eu tinha sido expulsa. Então eles me expulsaram antes de eu saber, sem me avisar. Outras duas companheiras também foram expulsas naquela ocasião. Acho que o fato de ser feminista e defender a autonomia das mulheres incomodou o partido. Logo após a defesa, eu fiquei muito mal, até fisicamente. Havia muita pressão e ninguém do partido me acolheu: eu já tinha sido expulsa e nem estava sabendo. E foram as feministas que me deram apoio.

**8. Poderia falar sobre a formação de Promotoras Legais Populares (PLPs) e qual é o papel desse movimento na sociedade brasileira?**

Após um seminário promovido pelo Cladem [Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher] em 1992, onde advogadas de vários países apresentavam experiências jurídicas com mulheres, a que mais me impressionou foi essa: formar Promotoras Legais Populares (PLPs) ao oferecer conhecimento jurídico para que as mulheres pudessem conhecer seus direitos e decidir qual o melhor caminho a ser tomado. Durante o seminário, pude conversar sobre isso com mulheres da Bolívia, Peru, Chile, Costa Rica, México. Soube que havia projetos semelhantes até na Ásia.

Conversei com a Denise Doria, do grupo Themis, para trazer o projeto para o Brasil. Aqui, já havíamos feito grande mobilização na época do processo constituinte. A Constituição Federal é um grande ganho que a gente tem, mas o conjunto da sociedade não tem noção do quanto se conquistou, como a igualdade jurídica entre mulheres e homens. Na própria Constituição, por conta das muitas polêmicas que envolveram sua construção, ficou decidido que, após cinco anos, haveria uma revisão constitucional. E isso seria justamente naquele ano. Ou seja: haveria o risco de as mulheres perderem direitos conquistados, sem nem menos tê-los conhecidos. Então a União de Mulheres e o Grupo Themis fizeram um encontro de uma semana, com 35 representantes de todo o país, para construir uma proposta de educação popular em direitos numa perspectiva feminista. Mesmo tendo nascido praticamente juntos, nossas propostas acabaram seguindo finalidades diversas: o Grupo Themis ficou mais voltado à profissionalização, enquanto nós, da União de Mulheres, buscamos mobilização e conscientização. Este ano vamos completar 25 anos desse projeto!

É um projeto muito interessante, pois leis e direitos formais devem ser reconhecidos como instrumentos de transformação social. Vários direitos não são aplicados e poderiam melhorar a vida de muita gente. Eu não acredito que a Constituição Federal vai resolver todos os problemas, mas penso que ela tem um importante papel pedagógico, com história, ideias, filosofia e possibilidade de construir caminhos. Se pautássemos mais na Constituição, talvez o Brasil estivesse vivendo uma democracia.

A ideia das PLPs é essa, mas penso que esse projeto teve um papel fundamental durante esses anos de existência. Tenho uma análise muito nítida que a década de 1990 foi marcada pelo esvaziamento dos movimentos feministas. Foram os anos da onguização, do financiamento – e, claro, não há financiamento para todo mundo, não tem como dividir, e o dinheiro fica restrito a poucos grupos. A ONG trouxe a desmobilização. E as PLPs atuaram na contramão disso tudo, porque é mobilização, é cidadania, é fazer, é

acontecer, é ser autônoma. Foi o que deu uma sustentação ao movimento feminista, em termos de conteúdo, em termos de classe social, porque mulheres populares participam do projeto. Ou seja, em um momento de esvaziamento do movimento feminista, as PLPs conseguiram ocupar espaços importantes. E isso foi uma das razões pelas quais nós decidimos não desistir. Porque tem hora que dá muito trabalho. Mas vale à pena. Se há um projeto que vale à pena, é esse! Porque aqui as mulheres vêm para a gente discutir os direitos numa ótica feminista, antirracista e anticapitalista – e isso a gente coloca todo o tempo. Isso é abrir caminhos, é algo transformador.

### **9. Como a luta contra o racismo entra na pauta das feministas brasileiras? E as demandas da população LGBT? Quais os principais desafios na articulação dessas lutas?**

Pela minha experiência, observo que a luta contra o racismo entra com muitas dificuldades no movimento feminista do país. Só quando a gente passa a compreender o racismo como elemento estruturante do Estado brasileiro é que passamos a assumir o feminismo antirracista. Mas com muitas dificuldades: até hoje fico assombrada com o racismo que ainda persiste em mulheres brancas que foram tão importantes nos anos 1970! Algumas PLPs jovens que estudam na USP [Universidade de São Paulo] falaram para mim, por exemplo, sobre o racismo de algumas professoras brancas feministas. É assustador.

Se a luta contra o racismo traz o protagonismo de jovens negras de todo o Brasil, é graça às próprias mulheres negras. As brancas não facilitaram em nada! Quem vai dar essa força para o movimento feminista antirracista são as próprias negras.

Estou relendo a Heleieth Saffioti e ela já dava toda a receita da luta contra o racismo. Vale enfatizar que ela não se dizia feminista em seu livro – talvez por conta da escrita acadêmica de uma tese de doutorado, ela não se posiciona como feminista, mas sim como cientista social. Mas sua tese já tem as bases da “teoria do nó”<sup>7</sup> que ela vai formular uns 20 anos depois.

<sup>7</sup> Grosso modo, a “teoria do nó” sustenta que há três contradições fundamentais na sociedade que devem ser consideradas: a de gênero,

a de raça/etnia e a de classe. Nesse sentido, patriarcado, racismo e capitalismo estão entrelaçados.



É interessante observar como essa questão já estava presente na obra de Heleieth Saffioti, porque tempos depois vamos acompanhar vários desses pontos no desenvolvimento do feminismo interseccional, por exemplo. Eu tive a feliz oportunidade de dividir uma mesa com Patricia Hill Collins e ela ficou encantada quando falei da “teoria do nó” que, para mim, equivale ao feminismo interseccional, eu não vejo separação. Uma foi feita pela Kimberlé Crenshaw, a outra pela Heleieth Saffioti. Ou seja, uma teoria é formulada aqui, a outra lá, e são interessantes esses diálogos silenciosos: mesmo que essas teóricas não tenham se conhecido, estavam, de certa forma, pensando a mesma coisa.

Mas, voltando ao tema, a luta antirracista entrou com muita dificuldade no movimento feminista brasileiro. Até hoje vejo a falta de tolerância das feministas brancas em relação às negras, afirmando muitas vezes que estas são muito repetitivas, muito agressivas, muito imaturas, muito sectárias. Se eu sou contra a desigualdade social, obrigatoriamente tenho que ser antirracista. O racismo é usado para dividir classes, para criar e aprofundar a desigualdade em nossa sociedade. Ser antirracista não é fazer nenhum favor à mulher negra, à mulher pobre, à mulher que vive nas periferias. É apenas o reconhecimento da nossa condição humana: para sermos humanos, temos que ser antirracistas. Eu sou contra todas as formas de opressão e acho que o feminismo também deve ser contra todas as opressões. Mas essa questão não está definida para todos os movimentos sociais de modo geral, nem para o movimento feminista de modo específico. Embora do meu ponto de vista seja inconcebível pensar feminismo sem se posicionar com a luta anticapitalista e antirracista, na realidade há muitos conflitos, divergências e contradições até mesmo antagonicas dentro do movimento.

O racismo esteve presente em todas as manifestações feministas. Falo isso com muito pesar, porque sou feminista. Por exemplo, em 1976 foi o primeiro ano em que fizemos um ato unitário no dia 8 de março. Em determinado momento desse encontro realizado no MASP [Museu de Arte de São Paulo], uma brasileira negra e lésbica, que estudava nos EUA, fez o uso do microfone. E as demais mulheres se sentiram mal. Ora, que nome dar a esse mal-estar? Existia problema em ela

ser negra? Em falar que era lésbica no meio de tanta gente? Havia umas 300 pessoas, quase metade era policial. Até que ponto a gente justifica certas ações dizendo que “pega mal” uma pessoa dizer que é lésbica em público, por exemplo? E ver essa reação das outras mulheres me incomodou muito. Não há justificativa, nem a presença dos policiais.

Já em 1980, no Congresso da Mulher Paulista, quando as mulheres negras afirmaram que queriam falar enquanto negras, as brancas diziam que não iam falar enquanto brancas, então todas deveriam falar enquanto mulheres. Veja o absurdo! A Lélia Gonzáles já havia discutido a especificidade da mulher negra. Lembro de uma fala dela na USP sobre a legalização do aborto na qual ela dizia que criminalizar o aborto é criminalizar as mulheres negras, porque são as que não podem pagar para fazer o aborto. Eu fiquei achando que ela tinha razão.

Nos anos 1980, o tema do racismo ficou em grande evidência dentro do movimento feminista. Em 1988, durante os debates da Constituição, também se completavam 100 (cem) anos de abolição. E as mulheres negras escreviam “sem anos de abolição”, com a letra “s”, para denunciar que a abolição havia sido uma farsa. Nossa, eu aprendi muito com as mulheres negras. Graças às deusas negras, eu convivi muito com elas e elas me ensinaram muito.

Dos anos 1990 em diante, participei de encontros com mulheres negras da Baixada Santista para discutir a violência contra as mulheres. Por conta da violência, a mulher fica com medo, intimidada, reduz seu potencial a nada. Então ali debatemos que somos contra a violência sexual contra as mulheres (naquele momento, ainda não usávamos a expressão “violência de gênero”) e que também somos contra a violência racista contra as mulheres, porque nela estão embutidas outras violências: a sexual, a doméstica, a familiar, entre tantas outras. Ou seja, a violência contra as mulheres passa pelo racismo. Mas a maioria das feministas brancas acadêmicas queria que o debate ficasse restrito ao sexismo, dizendo que o racismo iria dispersar a luta. Hoje vejo que os movimentos não polemizam tanto, mas também não absorvem. Antes absorviam – ao menos em termos formais.

Neste momento, estou prestes a ler um artigo sobre o “lugar de fala”.<sup>8</sup> As mulheres negras estão levantando essa bandeira. Em qualquer lugar de fala que eu estou, me sinto bem. Se for para falar contra o racismo, vou falar. Se for para defender LGBT, vou defender. Posso nem saber todas as novas letrinhas, mas sempre vou defender que qualquer pessoa tem o direito de ser ou desejar quem quiser. Agora eu não vou falar enquanto mulher negra. Mas vou defender o direito de a mulher negra ser negra e ser mulher onde ela quiser. Vejo que muitas pessoas criticam o lugar de fala como forma de escamotear seu racismo. Acho que quanto mais a gente incorpora as lutas identitárias, mais nosso lugar de fala de se amplia. Na convivência, a gente sente – o que não significa que vamos substituir ou ocupar o lugar da outra, são as pessoas negras que sofrem o racismo na pele dia e noite. Mas sentimos que o racismo é uma ameaça gravíssima à vida de todas as pessoas.

O que falei em relação ao racismo vale também à questão LGBT. Se retomamos o exemplo que eu dei do 8 de março de 1976, a mulher que causou o tal “mal-estar” era negra e lésbica. Embora muitas feministas sejam lésbicas, ainda vejo muito preconceito dentro do feminismo. Muitas não se assumem lésbicas no feminismo: elas acham que ser lésbica não é uma condição política ou uma proposta política. E tem outras que se afirmam lésbicas como uma posição política feminista. Então é um tema que está em pauta.

Sobre os gays, bem, são homens e homens são um problema mesmo. Agora a questão trans tem causado muita discussão dentro do movimento. A intensidade desse conflito pode ter diminuído, mas ainda existe e é muito forte. Lembro-me de alguns encontros aqui na União mesmo, onde algumas mulheres cis diziam não aceitar as mulheres trans por conta do tamanho de suas mãos, que eram muito grandes: “vai que queiram bater na gente”. Daí eu dizia que o problema não era o tamanho da mão, mas a vontade ou não de bater, não dependia da mão. Veja a que ponto! É algo muito preconceituoso, discriminatório, que volta para o biológico e, no fundo, é também racista. Nós vivemos com esses conflitos no movimento o tempo todo: tem que ser branca, alta, magra. Se for velha, gorda,

baixinha, já complica. No fundo, é o modelo padrão paradigma do capitalismo que está valendo no movimento também. E a gente briga o tempo todo com essas imposições, pois ao mesmo tempo é o movimento feminista que rompe com tudo isso. É contraditório, um paradoxo.

**10. Você é frequentemente convidada a dar palestras em universidades e foi professora visitante da Unicamp em 2017. Além disso, como pesquisadora e autora de livros e artigos, você é constantemente citada em trabalhos acadêmicos. Qual sua opinião sobre as relações entre os movimentos feministas e a academia?**

Eu acho que são relações necessárias. Elas não se dão tranquilamente, aliás nem as relações interiores na academia ou as relações interiores nos movimentos são tranquilas. Mas são necessárias. A academia precisa da prática e das produções dos movimentos feministas. Precisamos de muito debate, e as relações entre a academia e movimento gera muito debate. Mas claro que essas trocas ocorrem de modo muito desigual. E até entre os próprios movimentos há desigualdade: enquanto alguns grupos institucionalizados conseguem recursos para suas atividades, outros formados por mulheres da periferia atuam com muita dificuldade.

Quando ofereci a disciplina na Unicamp, por exemplo, convidei mulheres de diferentes movimentos feministas para que elas pudessem compartilhar suas experiências com alunas e alunos matriculados. E essa troca foi muito importante – para a turma e para os movimentos. Lamentavelmente, é algo que não ocorre com a frequência merecida.

**11. O que é ser feminista no atual contexto histórico? Quais os diálogos entre novas e antigas gerações? O que acha desse feminismo jovem que aparece não apenas nas ruas do Brasil e da Argentina, mas também em outros países da América Latina?**

Acho que ser feminista é ter capacidade de se indignar contra qualquer injustiça e contra qualquer opressão. Neste momento atual, precisamos reiterar nossa postura de indignação. Os feminismos cresceram muito. Ou as mulheres vão enfrentar esses momentos de retrocesso

<sup>8</sup> RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

que estamos vivendo, ou não haverá quem os enfrente. Isso a gente viu nas manifestações dos últimos anos, especialmente com o protagonismo das feministas jovens: seja no Fora Cunha, na Marcha das Vadias, na Marcha das Mulheres Negras, na mobilização “ele não”, contra o então candidato a presidente que acabou eleito. Mas o protagonismo é crescente, e ainda bem, porque é isso que vai apontar direção para mudanças mais profundas que estamos precisando.

Agora, esse feminismo está no mundo inteiro. Pensando na América Latina, além da Argentina, com as manifestações multitudinárias do “Ni una menos” e na luta pelo aborto legal, destaco o Peru. Estive lá o ano passado e fiquei impressionada com as marchas contra o feminicídio com cerca de 500 mil pessoas.

E isso significa também encarar que o feminismo está em disputa. Todo mundo quer se apresentar como feminista ou quer se contrapor ao feminismo. É um movimento que está despontando por um esforço das próprias mulheres de reagirem a essa condição de oprimidas.

De todo modo, penso que falta no Brasil um maior protagonismo das mulheres indígenas. As mulheres negras conquistaram um protagonismo, e quanto mais espaços ocuparem, melhor. Já as mulheres jovens estão mostrando outros caminhos para nós.

Essa relação intergeracional, que é fundamental, hoje tem sido dificultada pelas feministas mais velhas, que são mais resistentes ao diálogo. Eu sou velha e tenho muitas amigas velhas como eu, as quais falam das jovens com certo desprezo. Acho que há certa arrogância, que não deixa de ter cumplicidade com aquela esquerda que acredita ter descoberto o caminho para a humanidade – e afirma que em nada ajuda quem não segue exatamente esse caminho. Mas eu acredito muito nas jovens e tenho ótimos diálogos com elas. Quando mais perto delas, mais eu aprendo. O movimento feminista tem muitos formatos, como um caleidoscópio: ora forma uma borboleta, ora uma flor. Como toda a humanidade, as feministas jovens são muito criativas – e estão formando novas imagens.